



Câmara de Deputados

Gabinete do Deputado Federal Coronel Ulysses – União Brasil/A

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2025 (Do Sr. CORONEL ULYSSES)

Requer informações a Ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos, sobre o programa Pena Justa e a participação de ONG, sob suspeita de envolvimento com a Organização Criminosa Primeiro Comando da Capital, em reuniões com membros do referido ministério, para definir os parâmetros do referido programa de governo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado a Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos, o presente Requerimento de Informação, que versa sobre o Programa Pena Justa e a participação de ONG, sob suspeita de envolvimento com a Organização Criminosa Primeiro Comando da Capital, em reuniões com membros dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e de Direitos Humanos e Cidadania, para definir os parâmetros do referido programa de governo.

Com efeito, a fim de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas às demandas que seguem, sem prejuízo do





Câmara de Deputados

Gabinete do Deputado Federal Coronel Ulysses – União Brasil/A

fornecimento de outras informações que o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania reconheça como importantes para a compreensão sobre o programa em questão e dos motivos pelos quais a ONG Pacto Social & Carcerário participou dos debates destinados a elaborar o epígrafado programa.

- a. Quais as diretrizes do Programa Pena Justa?
- b. O programa prevê o aumento dos repasses dos valores do Fundo Penitenciário Nacional para as Unidades Federadas construírem novas unidades prisionais, a fim de aumentar o número de vagas e melhorar as condições logísticas e de segurança orgânica dos sistemas estaduais e distrital penitenciários?
- c. Qual o critério utilizado para permitir e patrocinar a participação de ONG sob suspeita de envolvimento com a Organização Criminosa Primeiro Comando da Capital, em reuniões com membros de ambos os ministérios, para definir os parâmetros do referido programa de governo?
- d. O ministério tinha conhecimento que a ONG Pacto Social & Carcerário teria ligação com a facção criminosa por ajudar os advogados que atendem integrantes da facção a ajuizar ações judiciais sobre denúncias falsas de abusos dentro do sistema penitenciário?
- e. Diante das notícias que relatam a detenção da vice-presidente da referida ONG, que teria participado de





Câmara de Deputados

Gabinete do Deputado Federal Coronel Ulysses – União Brasil/A

Apresentação: 10/02/2025 10:30:08.810 - Mesa

RIC n.286/2025

reuniões com membros do referido ministério, para definir as diretrizes do referido programa, quais providências estão sendo adotadas para rever possíveis vícios do referido programa?

- f. Há no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania há alguma discussão destinada a financiar a ampliação do número de vagas nos presídios brasileiros, melhorando as condições logísticas e humanitárias para o cumprimento de sentenças?
- g. Todas as pautas referentes à política prisional e de direitos humanos dos custodiados do governo passam pela tese do desencarceramento como solução para melhoria do sistema prisional?
- h. Qual a política do ministério em relação à reparação do dano e o atendimento das vítimas dos crimes violentos intencionais, patrimoniais e hediondos em geral, ou a políticas se limitam a ampliação de benefícios à custodiados do sistema prisional?

Nesse contexto, solicito que, em adendo às respostas às indagações ora formuladas, sejam encaminhadas as atas de todas as reuniões realizadas com membros do ministério com a participação da supracitada ONG, bem como a relação de todas as autoridades e organizações presentes nas referidas reuniões.





Câmara de Deputados

Gabinete do Deputado Federal Coronel Ulysses – União Brasil/A

JUSTIFICATIVA

No dia 22 de janeiro do corrente ano o Jornal Estadão¹ noticiou que ONG vinculada ao PCC teria participado de reuniões com membros dos Ministérios Justiça e Segurança Pública e dos Direitos Humanos e Cidadania, a fim de discutir parâmetros do Programa Pena Justa. A matéria em questão, também foi reproduzida pelos sites de notícia UOL², Folha de São Paulo³ e O Globo⁴.

Em síntese, os noticiários acima elencados retrataram que a ONG Pacto Social & Carcerário, ligada ao PCC — segundo investigação da Polícia Civil de São Paulo —, participou de ao menos três reuniões (uma delas públicas) com dirigentes dos ministérios da Justiça e Segurança Pública e dos Direitos Humanos e Cidadania do Governo Federal.

Frise-se que os dirigentes da referida ONG, Senhora Luciene Neves Ferreira e o marido, Geraldo Sales da Costa, foram presos no dia 14 de janeiro do corrente ano na operação Scream Fake (falso grito, em

¹ <https://www.estadao.com.br/politica/ong-que-presta-contas-ao-pcc-se-reuniu-com-ministerios-da-justica-e-direitos-humanos/?srsltid=AfmBOorBFkzcl1EnbJg9vLLQ8MPQoZF6rmp-iBxHUR3iJF1SL6e5N6Xu>

² <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/01/22/ong-ligada-ao-pcc-se-reuniu-com-ministerios.htm>

³ <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2025/02/o-plano-pena-justa-e-o-futuro-das-prisoas-no-brasil.shtml>

⁴ <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/01/23/ong-suspeita-de-elo-com-pcc-participou-de-encontros-no-cnj-e-ministerios-da-justica-e-dos-direitos-humanos.ghtml>





Câmara de Deputados

Gabinete do Deputado Federal Coronel Ulysses – União Brasil/A

inglês), que cumpriu 12 mandados de prisão preventiva. Além dos dirigentes da ONG, também foram presos três advogados.

Além das prisões mencionadas, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu as atividades da ONG até conclusão do inquérito. A polícia e a promotoria acreditam estar diante de uma nova ala do PCC, que chamaram de "Setor das Reivindicações". Segundo o Ministério Público, esse setor "vinha atuando por meio da ONG Pacto Social para divulgar falsas acusações de torturas e abusos por parte de agentes estatais, especialmente nos presídios, visando a desestabilização do sistema penitenciário estadual".

Segundo o site UOL, ambos Ministérios confirmaram reuniões e disseram que a ONG foi chamada para discutir políticas para presidiários. O último encontro teria ocorrido com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em dezembro de 2024. As passagens aéreas de São Paulo à Brasília foram bancadas pelo governo federal.

Destaque-se, que o Programa Pena Justa consiste em mais uma das ações do Conselho Nacional de Justiça para promover o desencarceramento em massa no país e a participação em reuniões destinadas à elaboração do supracitado programa de organização não governamental, utilizada por facção criminosa para fomentar o denunciismo contra o sistema prisional, ratifica que a mencionada política pública pode estar sob efeito de vícios que impactarão no provável aumento da criminalidade e no, conseqüente, aumento da sensação de injustiça vivenciado cotidianamente por toda sociedade brasileira.

Destarte, na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49, da





Câmara de Deputados

Gabinete do Deputado Federal Coronel Ulysses – União Brasil/A

Constituição Federal de 1988, solicito as informações discriminadas no presente requerimento, com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão sobre o Programa Pena Justa e a participação de ONG, sob suspeita de envolvimento com a Organização Criminosa Primeiro Comando da Capital, em reuniões com membros dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e Direitos Humanos e Cidadania, para definir os parâmetros do referido programa de governo.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2025.

Deputado CORONEL ULYSSES

UNIÃO BRASIL/AC

